

HABEAS CORPUS Nº 488.040 - SP (2019/0001260-7)

RELATOR : MINISTRO JORGE MUSSI
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : VANESSA PELLEGRINI ARMENIO - SP229887
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : EDSON VICENTE DA SILVA (PRESO)

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, sem pedido liminar, impetrado em favor de EDSON VICENTE DA SILVA, apontando como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (Agravo em Execução Penal n. 0006973-11.2018.26.0496).

Consta dos autos que, em face de nova condenação, o Juízo da Vara de Execuções Penais fixou como marco inicial para novos benefícios carcerários a data do trânsito em julgado da sentença condenatória.

Irresignada, a defesa interpôs agravo em execução. O Tribunal estadual negou provimento ao recurso para determinar a data do trânsito em julgado para a acusação relativa à última condenação ou, à míngua desse, a da última decisão condenatória como marco para novos benefícios da execução (fls. 99/105).

Neste *writ*, alega a impetrante que "*a data-base para novos cálculos para fins de progressão de regime seria a data da prática do novo delito que gerou a prisão em flagrante ocorrida em 12/11/2017 e não a data da decisão condenatória superveniente, que se deu em 07 de junho de 2018*" (fl. 7).

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem constitucional para que se reconheça a ilegalidade da decisão que manteve a interrupção dos lapsos para progressão de regime e determinar a elaboração de novo cálculo, mantendo-se como data-base para benefícios o início do cumprimento da pena.

Não houve pedido liminar.

Informações prestadas às fls. 113/121.

Parecer ministerial às fls. 123/127.

É o relatório.

Inicialmente, cumpre atestar a inadequação da via eleita para a insurgência contra o ato apontado como coator, pois o ordenamento jurídico prevê recurso específico para tal fim, nos termos do artigo 105, inciso III, da Constituição Federal, circunstância que impede o seu formal conhecimento, conforme entendimento pacífico no âmbito desta Corte Superior de Justiça.

O alegado constrangimento ilegal, entretanto, será analisado para a verificação da eventual possibilidade de atuação *ex officio*, nos termos do artigo 654, § 2º, do Código de Processo Penal.

No caso em exame, o paciente alega estar sofrendo constrangimento ilegal, em virtude do entendimento da Corte de origem no sentido de que, sobrevindo nova condenação aos autos, deve ser interrompido o lapso temporal para novos benefícios da execução, tendo como nova data-base a data do trânsito em julgado para a acusação relativa à última condenação ou, à míngua desse, a da última decisão condenatória.

Acerca da tese defendida na petição inicial — unificação de pena e marco inicial para concessão de benefícios executórios — esta Corte Superior se posicionava no sentido de considerar como marco para a concessão de futuros benefícios, na hipótese de superveniência de nova condenação, a data do trânsito em julgado da última sentença penal condenatória.

Todavia, a Terceira Seção, ao julgar o Recurso Especial n. 1557461/SC, realizado em 22/02/2018, da relatoria do Ministro Rogério Schietti Cruz, e o *Habeas Corpus* n. 381.248/MG, cujo Relator para o acórdão foi o Ministro Sebastião Reis Júnior, passou considerar que a **alteração da data-base para a concessão de novos benefícios executórios, em razão da unificação das penas, não encontra fundamento legal**.

Nesse sentido, confirmam-se os supramencionados precedentes oriundos da Terceira Seção:

RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO PENAL. UNIFICAÇÃO DE PENAS. SUPERVENIÊNCIA DO TRÂNSITO EM JULGADO DE SENTENÇA CONDENATÓRIA. TERMO A QUO PARA CONCESSÃO DE NOVOS BENEFÍCIOS. AUSÊNCIA DE PREVISÃO LEGAL PARA ALTERAÇÃO DA DATA-BASE. ACÓRDÃO MANTIDO. RECURSO NÃO PROVIDO.

1. A superveniência de nova condenação no curso da execução penal enseja a unificação das reprimendas impostas ao reeducando. Caso o quantum obtido após o somatório torne incabível o regime atual, está o condenado sujeito a regressão a regime de cumprimento de pena mais gravoso, consoante inteligência dos arts. 111, parágrafo único, e 118, II, da Lei de Execução Penal.

2. A alteração da data-base para concessão de novos benefícios executórios, em razão da unificação das penas, não encontra respaldo legal. Portanto, a desconsideração do período de cumprimento de pena desde a última prisão ou desde a última infração disciplinar, seja por delito ocorrido antes do início da execução da pena, seja por crime praticado depois e já apontado como falta disciplinar grave, configura excesso de execução.

3. Caso o crime cometido no curso da execução tenha sido registrado como infração disciplinar, seus efeitos já repercutiram no bojo do cumprimento da pena, pois, segundo a jurisprudência consolidada do Superior Tribunal de Justiça, a prática de falta grave interrompe a data-base para concessão de novos benefícios executórios, à exceção do livramento condicional, da comutação de penas e do indulto.

Portanto, a superveniência do trânsito em julgado da sentença condenatória não poderia servir de parâmetro para análise do mérito do apenado, sob pena de flagrante bis in idem.

4. O delito praticado antes do início da execução da pena não constitui parâmetro idôneo de avaliação do mérito do apenado, porquanto evento anterior ao início do resgate das reprimendas impostas não desmerece hodiernamente o comportamento do sentenciado.

As condenações por fatos pretéritos não se prestam a macular a avaliação do comportamento do sentenciado, visto que estranhas ao processo de resgate da pena.

5. Recurso não provido.

(REsp 1557461/SC, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ,

TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 22/02/2018, DJe 15/03/2018)

HABEAS CORPUS SUBMETIDO À TERCEIRA SEÇÃO. EXECUÇÃO PENAL. UNIFICAÇÃO DE PENAS. SUPERVENIÊNCIA DO TRÂNSITO EM JULGADO DE NOVA SENTENÇA CONDENATÓRIA. TERMO INICIAL PARA CONCESSÃO DE FUTUROS BENEFÍCIOS. AUSÊNCIA DE PREVISÃO LEGAL PARA ALTERAÇÃO DA DATA-BASE.

1. A superveniência de nova condenação no curso da execução penal enseja a unificação das reprimendas impostas ao reeducando. Caso o quantum obtido após o somatório torne incabível o regime atual, está o condenado sujeito à regressão a regime de cumprimento de pena mais gravoso, consoante inteligência dos arts. 111, parágrafo único, e 118, II, da Lei de Execução Penal. Em vez de haver o cumprimento progressivo de cada pena individualmente, há a soma do total de penas a serem cumpridas para que o apenado as cumpra de forma conjunta.

2. Inexiste respaldo legal para a alteração da data-base a fim da concessão de futuros benefícios na execução em razão da unificação das penas.

3. A execução da pena não se inicia apenas com a superveniência do título judicial exequível. Já se admite a execução provisória nas hipóteses de existência de prisão cautelar e, atualmente, quando há a confirmação da condenação pelo Tribunal de Justiça/Tribunal Regional e não há prisão preventiva.

4. Acarreta evidente excesso de execução a desconsideração do tempo de prisão antes do trânsito em julgado da nova condenação.

5. Ordem concedida, de ofício, para cassar o acórdão proferido no agravo em execução penal e restabelecer a decisão do Juízo da execução, proferida em 4/3/2016.

(HC 381.248/MG, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, Rel. p/ Acórdão Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 22/02/2018, DJe 03/04/2018)

Dessa forma, a alteração da data-base para concessão de novos benefícios executórios, em razão da unificação das penas, não encontra respaldo legal. O delito praticado antes do início da execução da pena não constitui parâmetro idôneo de avaliação do mérito do apenado, porquanto evento anterior ao início do resgate das reprimendas impostas não desmerece hodiernamente o comportamento do sentenciado.

Ademais, as condenações por fatos pretéritos não se prestam a macular a avaliação do comportamento do sentenciado, visto que estranhas ao processo de resgate da pena.

Dessa forma, firmou-se o entendimento que o marco para novos benefícios deve ser a data da última prisão, quando ocorre a unificação por fatos anteriores à execução. E, por crime cometido durante a execução da pena, configurando falta grave, consistente em prática de delito durante a execução, o marco interruptivo é a data da falta disciplinar. A interrupção só ocorre para a progressão de regime, não abrangendo o livramento condicional, a comutação e o indulto (REsp 1557461/SC, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ).

Ante o exposto, com fundamento no artigo 34, inciso XX, do Regimento Interno deste Superior Tribunal de Justiça, **não se conhece** do presente *habeas corpus*,

concedendo-se, contudo, a ordem de ofício, nos termos do artigo 654, § 2º, do Código de Processo Penal para, reformando o acórdão objurgado, determinar como marco inicial para benefícios, após a unificação das penas, a data da última prisão, excetuando-se o livramento condicional, a comutação e o indulto.

Publique-se.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Após o trânsito em julgado, remetam-se os autos ao arquivo.

Brasília (DF), 13 de fevereiro de 2019.

Ministro JORGE MUSSI

Relator

